

**PROJETO DE LEI Nº        DE 2016**  
**(Do Sr. Dep. Mário Heringer)**

*Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que “Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências”, para tratar dos casos de ato infracional correspondente a crime hediondo, e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta Lei altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Art. 2º. A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. ....

.....

Art. 122. ....

.....

**IV – por prática de ato infracional correspondente a qualquer um dos crimes previstos no art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990.**

.....

Art. 126. ....

§1º Iniciado o procedimento, a concessão da remissão pela autoridade judiciária importará na suspensão ou extinção do processo.

**§2º A remissão de que trata o *caput* não é aplicável a ato infracional correspondente aos crimes previstos no art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990.**

.....” (NR)

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICATIVA

Nossa proposta visa a assegurar paralelismo entre o tratamento legal emprestado pela Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 – Lei de crimes hediondos, e pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, a determinados atos ilícitos considerados de grande gravidade para a sociedade.

Enquanto a Lei de crimes hediondos estabelece que esses crimes graves – chamados hediondos – são insuscetíveis de anistia, graça, indulto ou fiança, devendo a pena ser inicialmente cumprida em regime fechado, o Estatuto da Criança e do Adolescente não confere qualquer tratamento mais rigoroso ao ato infracional correspondente a crime hediondo. Essa é, a nosso ver, uma das principais causas para a disseminação de lugares-comuns tais como “o ECA só serve para proteger bandido” e a maioria penal deve ser reduzida para que o jovem perigoso possa ser punido.

Precisamos, de fato, dar uma resposta à população brasileira que se sente ameaçada por jovens que cometem crimes graves, por vezes brutais, mas entendemos que essa resposta encontra-se no seio do próprio ECA e não em outra forma de tratamento legal. Com esse escopo, propomos inclusão de inciso IV ao art. 122 – que prevê os casos exclusivos em que a medida de internação pode ser aplicada –, de modo a contemplar os atos infracionais correspondentes aos crimes hediondos, listados no art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990; e de §2º ao art. 126, visando a vedar a possibilidade de concessão de remissão por parte do Ministério Público a menor que tenha cometido ato infracional correspondente a crime hediondo.

Ressaltamos que nossa proposta não inclui o tráfico de drogas – ato infracional dominante entre menores que vivem em áreas periféricas dominadas pelo crime organizado, para o qual crianças e adolescentes são arregimentados como “soldados” –, na medida em que esse crime não se encontra elencado no art. 1º da Lei 8072/90, em que pese sua menção no art.

2º da mesma Lei. A exclusão do tráfico de drogas não se deve a qualquer tentativa de minorar o ato infracional ou suas consequências, mas de manter equidade entre os crimes definidos como hediondos e os atos infracionais a eles correspondentes.

Certos de que as alterações que apresentamos ao Estatuto da Criança e do Adolescente, ao garantirem o necessário paralelismo entre esse diploma legal e a Lei de crimes hediondos, auxiliará o Estado ao melhor controle da violência praticada por adolescentes e a população a ter maior confiança no próprio ECA e na Justiça, pedimos o apoio dos nobres colegas para sua aprovação.

Sala das Sessões, em        de        de 2016.

Deputado **MÁRIO HERINGER**

PDT/MG